



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|--------------------------|-----------------|------------------|
| Veículo: Correio Lageano | Editoria: Geral | Data: 12/06/2014 |
| Assunto: Reciclagem | | Página: 03 |



CORREIO LAGEANO

ESCOLA ARRECADA DINHEIRO COM MATERIAL RECICLÁVEL E COMPRA LIVRO

Atrair os alunos para o mundo da leitura, com material que agrada os jovens e envolvendo-os com o ambiente escolar é o objetivo do projeto Mentes em Movimento, desenvolvido pela coordenação de leitura do Ensino Médio Inovador da Escola Básica Visconde de Cairu. Desde maio, a instituição do bairro Vila Nova realiza o projeto e apresenta os primeiros resultados.

A escola Visconde de Cairu possui o Ensino Médio Inovador, em que os estudantes ficam em horário integral. Percebendo que a maioria dos alunos têm certa "preguiça" na hora de ler, a coordenadora de leitura do Ensino Médio Inovador, Ana Cris Wolff, buscou criar alternativas.

"A gente criou uma ação para tentar fazer o aluno, que hoje tem acesso a tanta informação e tecnologia, mas que tem certa preguiça para ler. A gente pensou em chegar até o mundo deles, ver o que é de interesse deles, em como atrair o aluno", explica Ana Cris.

Para isso, ela criou o projeto Mentes em Movimento, no qual está inserida a gincana Reciclando Mentes para coleta de materiais re-



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

cicláveis pelos alunos.

O dinheiro arrecadado com a venda do material é revertido na compra de gibis e material para a contação de histórias. Os estudantes foram divididos em equipes. "A gente tinha comprado alguns livros com os recursos do EM Inovador, mas faltava complementar isso".

As equipes foram divididas de acordo com as turmas da escola. Cada grupo tem o compromisso de recolher material reciclado e óleo de cozinha usado. Quem trazer mais, ganha pontos. Por

mês, a turma que conseguir mais pontos ganha um dia de cinema na escola. No final do ano, a equipe vencedora ganhará uma viagem.

● **SURPRESA** | Foi uma surpresa o envolvimento de estudantes e pais. "A diretora me perguntou como a gente levaria o material para vender. Eu pensei que umas três idas de carro dava conta. Mas não deu, foi preciso o caminhão", lembra.

Nos primeiros três dias, o material rendeu R\$ 100 para a escola. No primeiro dia fo-

ram recolhidos 62 quilos de papel, 42 de plástico, 184 de material misto e seis quilos de latinha de metal.

Todas as quartas, os alunos têm o compromisso de entregar para a escola o material recolhido. Ana Cris ressalta que as famílias também estão envolvidas. "Tem um tio de aluna que traz de carrinho de mão", conta.

294 quilos de material reciclado foram recolhidos em três dias



Disciplina renderá prêmio aos alunos

Foi por sugestão dos estudantes que a gincana Reciclando Mentes ganhou novas regras. Além de ganhar pontos pela quantidade de material reciclado que cada turma traz, os próprios alunos sugeriram que disciplina também fosse contabilizada a favor das turmas na gincana que estão de olho no prêmio: uma viagem de passeio para a equipe campeã, no final do ano.

A coordenadora do projeto, Ana Cris Wolff, explica que a partir disso, foi criada uma nova tabela de pontuação. "O nosso maior problema na escola é a questão da disciplina", ressalta.

Assim, os alunos podem perder ou ganhar pontos em itens relacionados ao registro de chegada tardia sem justificativa, ocorrência de indisciplina, desrespeito aos professores, silêncio na hora da explicação, entrega de trabalhos, cuidado com a poluição sonora, cuidado com o patrimônio público e organização e limpeza das salas.

"Não é 100%. Na primeira semana não se encontrava um papel no chão, tinha aluno que limpava até as outras salas. Agora encontra um ou outro lixo no chão. Mas a questão da fiscalização é importante, ou seja, um aluno cobrar o outro", completa Ana Cris.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação

Editoria: Educação

Data: 25/06/2014

Assunto: PNE

Página: Online



DILMA SANCIONA PLANO DE EDUCAÇÃO, E ESTADOS COBRAM MAIS RECURSOS

Cumprimento da mais importante legislação do setor educacional para os próximos dez anos está condicionado à aplicação de novos e mais recursos federais no Ensino Público

Fonte: Valor Econômico (SP)

Com mais de três anos e meio de atraso, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado neste mês pelo Congresso e, antes mesmo da sanção presidencial - que ocorre amanhã -, Estados e municípios já condicionam o cumprimento da mais importante legislação do setor educacional para os próximos dez anos à aplicação de novos e mais recursos federais no Ensino público.

Para financiar cada uma das metas ao longo do período de vigência da nova lei foi definido um ambicioso aumento dos gastos educacionais. Com o novo PNE, os investimentos públicos no setor deverão passar dos atuais 6,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 10%. Esses 3,6 pontos percentuais de diferença representam um acréscimo superior a R\$ 200 bilhões.

O montante vai levar a um aumento de R\$ 20 bilhões por ano, ou dois terços do que foi gasto em sete anos para realizar a Copa do Mundo no país. Mas a conta não deve ficar só com o governo federal. O PNE não determina que fatia do bolo é de responsabilidade do governo federal e o que está a cargo de Estados e municípios. Isso só poderia ser feito por lei complementar, que é de mais difícil aprovação. Como não há divisão, não é possível punir os gestores públicos que não cumprirem com as metas.

Pessoas envolvidas na discussão da proposta disseram ao Valor que a expectativa é que a presidente Dilma Rousseff não vete essa meta, embora seja de difícil execução. Além do forte apelo popular do projeto, Dilma teria assim discurso para se diferenciar do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que em 2001 vetou o artigo que previa investimento público de 7% do PIB em Educação até 2010. O veto de FHC pôs a perder a legislação como um todo e o PNE 1 foi considerado um fiasco, pois foi ignorado por gestores em todas as esferas de governo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O PNE é um conjunto de 20 metas com caráter de diretrizes da Educação pública brasileira para serem cumpridas até 2024. Ao longo da década, os objetivos do plano contemplam demandas qualitativas e quantitativas da Educação infantil à pós-graduação, como criar 3,8 milhões de vagas em Creches, erradicar o Analfabetismo e universalizar o acesso ao Ensino médio para adolescentes de 15 a 17 anos.

Diante da responsabilidade de começar a pensar em como equiparar os salários dos Professores da rede pública de Mato Grosso ao rendimento médio de todos os servidores estaduais com diploma universitário (meta 17 do PNE), a secretária de Educação do Estado e dirigente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Rosa Neide Sandes, admite que está preocupada com as contas públicas.

"A Lei de Responsabilidade Fiscal entra em rota de colisão com o PNE se não conseguirmos definir como será o financiamento. Sem mais recursos federais não poderemos aumentar salários. Nós estimamos que 40%, 50% da folha de pessoal de um governo estadual são de servidores da Educação. Qualquer aumento, por menor que seja, tem impacto enorme", diz Rosa Neide.

Cleuza Repulho, presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e secretária de Educação de São Bernardo do Campo, município de administração petista na Grande São Paulo, conta que o Ministério da Educação (MEC) ainda não deu sinalização às prefeituras de como será sua participação para garantir os aumentos de recursos previstos no PNE.

"Sem recurso novo não será possível cumprir o plano, principalmente aumentos salariais e a construção da carreira Docente. Hoje tem Estados e municípios que não pagam sequer o piso nacional da categoria [R\$ 1.567]. A União tem que se posicionar firmemente", afirma Cleuza.

Em resposta, o ministro da Educação, José Henrique Paim, argumenta que as demandas do PNE estão alinhadas com a atuação do governo Dilma Rousseff.

O titular do MEC cita a destinação dos recursos do petróleo para o setor. Diz também que, entre 2002 e 2012, os gastos totais com Educação passaram de 4,8% para 6,4% do PIB, "com importante contribuição do governo federal". Além disso, continua Paim, o orçamento da pasta tem como prioridade a Educação básica e a obrigatoriedade de a União destinar para a Educação no mínimo 18% das receitas com tributos foi superada - esse percentual está hoje em 22,5%.

"O Plano Nacional da Educação aponta para mais investimentos em Educação, já estamos fazendo isso. O PNE aponta mais recursos de União, Estados e municípios. Queremos [todos os entes federados] chegar a 10% do PIB, o investimento é das três esferas, vamos discutir, fazer uma grande pactuação", afirma Paim.

O ministro destaca ainda que a discussão sobre o PNE não pode se resumir apenas a financiamento. Segundo ele, Estados e municípios precisam elaborar seus respectivos planos estaduais e municipais de Ensino em linha com a nova legislação nacional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"De nada adianta um plano nacional, se nos níveis locais não existe planejamento. Todos os Estados e 3.111 municípios fizeram adesão ao plano de ação do MEC para criação dos planos estaduais e municipais. Mato Grosso, Distrito Federal e Maranhão encaminharam seus planos para aprovação nas assembleias legislativas e uns dez Estados têm planos aprovados, que só precisam de adequação em relação à legislação nacional", comenta Paim.

A secretária Rosa Neide, do Mato Grosso, informa que o Consed organizará, em agosto, um evento com todos os secretários estaduais de Educação, representantes da Undime e do MEC para discutir como as políticas educacionais existentes hoje dão amparo as regras estruturantes do PNE. "Vamos começar a discutir de forma mais objetiva um verdadeiro sistema nacional de Educação que tenha normas regulamentadas à luz do PNE. Vamos apresentar à Undime e ao MEC um calendário para começar, a partir de agosto, as discussões sobre a estruturação desse sistema", diz Rosa Neide.

Cleuza Repulho, da Undime, lembra que essas discussões devem contemplar, inicialmente, a regulamentação de vários pontos do PNE. "Não é só a sanção que é importante. Em primeiro lugar quando será a regulamentação da lei como um todo? Algumas metas não precisam de regulamentação, mas outras sim, e isso depende do governo federal, basicamente. Agora, no meio da Copa do Mundo, e diante de um segundo semestre com eleições, essa discussão já começa atrasada, ficará para o ano que vem", alerta Cleuza.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação

Editoria: Educação

Data: 25/06/2014

Assunto: Internet

Página: Online



OPINIÃO: O PAPEL DO PROFESSOR NA ERA DA INTERNET

"Novos procedimentos didáticos devem privilegiar a construção coletiva de conhecimentos mediada pela tecnologia, tendo o professor como partícipe proativo", afirma Gabriel Mario Rodrigues

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Manuel Castells Oliván, sociólogo espanhol, Professor que domina os aspectos relacionais da internet, consegue reunir em suas plateias nunca menos de mil pessoas. Em encontro realizado em Porto Alegre, foi aplaudido de pé ao finalizar a sua conferência sobre o tema "Ocupação dos espaços públicos como parte fundamental das redes de indignação e esperança que nascem na internet".

As manifestações populares que vêm ocorrendo no Brasil desde junho de 2013 têm muitas similaridades com as que surgiram ao redor do mundo. Sobre esse aspecto, Castells observou que, apesar dos contextos distintos, esses movimentos têm mais semelhanças do que diferenças. Para ele, há um padrão em todas essas ações, orientado para a ocupação dos espaços públicos, como é o caso da materialização da revolta com interação constante entre o físico e a internet.

Provocador por princípio, desfruta de imensa aceitação quando fala e escreve sobre o mundo virtual. Hispânico da gema, gosta de afrontar e desafiar públicos. Entre acadêmicos e estudantes, recebe simpatia graças à sua trajetória dedicada à Educação. No Brasil, foi entrevistado por diversas revistas de circulação nacional. No programa Roda Viva, ao analisar o sistema de Ensino na era das redes, destacou a preocupação que deve existir quanto à obsolescência da Educação.

Em recente vídeo-documentário-depoimento exibido pelo YouTube, Castells enuncia um ponto pacífico: as Escolas, em todos os níveis, incluindo as universidades, têm uma função percebida: a aprendizagem de habilidades. Porém, têm outra intrínseca, não visível, que é a transmissão dos valores dominantes e das formas de poder — que não têm nada a ver com a pedagogia, mas sim com as normas e processos de se conviver em sociedade.

Ele é firme ao dizer que as Escolas hoje são obsoletas porque insistem numa pedagogia baseada na transmissão da informação, mas que inexiste tal necessidade,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

pois toda a informação está na internet. Castells enfatiza que as Escolas precisam ser capazes de dar poder intelectual e critérios próprios aos Alunos, mas que, antes de tudo, precisam transmitir critérios de buscas e combinações das informações, mediante projetos intelectuais pessoais e profissionais de cada Aluno.

Castells é taxativo ao afirmar que todo o sistema educacional hoje é retrógrado, pois não dá poder ao Aluno, tornando-o objeto submisso, sujeito a aprender só o que o Professor transmite. A observação cai como um petardo, pois hoje os Alunos competem com os Professores, não porque leem mais, mas porque passam mais tempo na internet e dominam as tecnologias e as redes sociais. Todo mundo tem acesso à informação, que não é escassa nem restrita como no passado; por isso, a função do Professor muda completamente.

Muitas Escolas e Professores proíbem o uso do computador, do tablet e do smartphone durante a aula, justificando serem distração, quando, na verdade, há a preocupação do desafio constante: a comparação do que o Professor está falando com as informações obtidas na internet, que podem facilmente ser confirmadas, confrontadas ou apresentarem nova versão. O Educador, nesse cenário, precisa habilitar-se para ajudar o Aluno a refletir, o que é muito mais difícil do que simplesmente passar o mesmo conteúdo todo semestre. É nessa transformação que muitas Escolas estão interessadas.

Se o bullying é cada vez mais presente e devastador nas redes, se o plágio é cada vez mais presente nos trabalhos Escolares, se os Alunos estão cada vez mais viciados em jogos eletrônicos, se o multitasking é cada vez mais frequente, a Escola não pode ficar indiferente a essa realidade.

Se, por um lado, o estudante tem mais fluência digital, por outro, ainda não sabe conectar informações e compra gato por lebre. É nesse contexto que novos procedimentos didáticos devem privilegiar a construção coletiva de conhecimentos mediada pela tecnologia, tendo o Professor como partícipe proativo e agente intermediador do processo.

Segundo Castells, a mudança significa romper com as relações de poder da Escola e instaurar um espaço colaborativo e não hierárquico para o qual, infelizmente, na maioria esmagadora dos casos, no Brasil, a capacitação de Professores ainda é um sério problema a superar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|---|-------------------------------------|-------------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: DC na sala de aula | Data: 25/06/2014 |
| Assunto: Professores treinam uso do jornal | | Página: 3 |

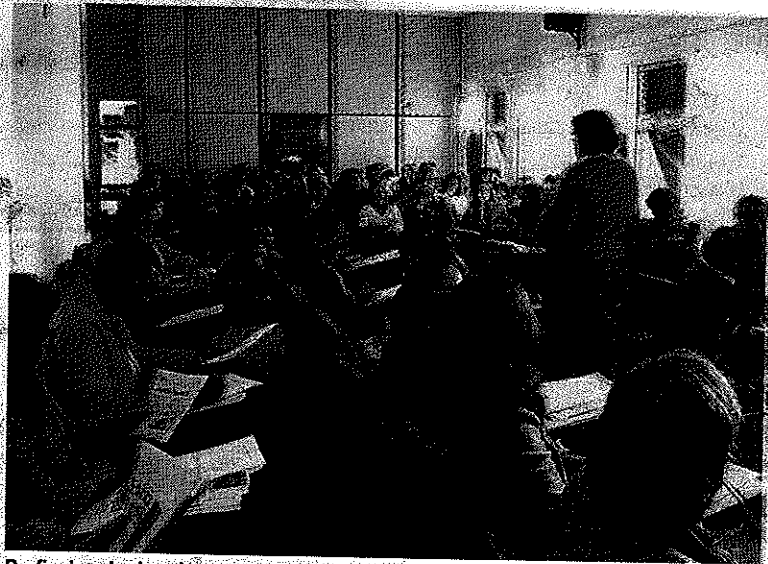
DIÁRIO CATARINENSE

Professores treinam uso do jornal

Profissionais de educação da rede estadual de ensino da região da Grande Florianópolis participaram do curso de Capacitação do Programa Jornal e Educação do Grupo RBS – DC na Sala de Aula e AN Escola.

O encontro, que aconteceu no auditório da Secretaria de Estado da Educação, no Centro da Capital, reuniu cerca de 70 participantes de vários municípios.

Os educadores receberam informações sobre o programa Jornal e Educação e como podem participar dos cadernos *DC na Sala de Aula* e *AN Escola*, que publicam atividades



Profissionais de educação realizaram atividades práticas durante a capacitação

pedagógicas de escolas públicas de todo o Estado.

Mas o principal foco do curso foi o repasse de informações sobre as atividades que podem ser realizadas em sala de aula utilizando

o jornal. Os participantes realizaram trabalhos práticos que serão aplicados com os alunos das mais diversas séries, sempre com o objetivo de estimular a leitura entre as crianças e os adolescentes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: DC na sala de aula | Data: 25/06/2014 |
| Assunto: TCE promove concurso | | Página: 3 |

DIÁRIO CATARINENSE

TCE promove concurso

O Tribunal de Contas de SC (TCE) e a Secretaria de Estado da Educação realizam a terceira edição do projeto TCE na Escola. Este ano o tema escolhido para o concurso de redação é *Corrupção - E eu com isso?*. Podem participar alunos do 1º ano do Ensino médio da rede pública estadual.

Os alunos interessados têm até o dia 7 de julho para elaborar as redações em sala de aula, apoiados em atividades que poderão ser orientadas por um professor de qualquer disciplina. A divulgação do resultado ocorrerá no dia 21 de agosto.

Serão premiados com tablets os três primeiros colocados na etapa estadual e seus professores orientadores. As escolas dos vencedores receberão kits de livros de literatura, um projetor multimídia e um computador. Os classificados em 1º, 2º e 3º lugares ainda serão contemplados com uma viagem a Florianópolis, junto com o professor orientador, diretor da escola e responsável.

Eles farão um passeio cultural e participarão da solenidade de premiação, no dia 27 de agosto, na sede do Tribunal de Contas.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: DC na sala de aula

Data: 25/06/2014

Assunto: Mostra de vídeo destaca a copa

Página: 2

DIÁRIO CATARINENSE

Mostra de vídeo destaca a Copa

A Secretaria de Estado da Educação de SC, por meio da Gerência de Tecnologias Educacionais (Geted), está promovendo a Mostra Pedagógica de Vídeos 2014. O objetivo é divulgar as atividades desenvolvidas nas escolas com o tema o Campeonato Mundial de Futebol no Brasil.

Os trabalhos devem se referir ao planejamento de 2014 e já terem sido aplicados em sala de aula ao longo deste ano. As atividades precisam ser apresentadas utilizando a categoria documentário, com duração de cinco a 10 minutos.

O vídeo tem que relatar o processo de aprendizagem desenvolvido no âmbito escolar referente ao plano de aula da disciplina escolar ministrada na escola. Os documentários precisam ser de autoria e/ou direção do professor ou professores responsáveis.

O material deverá expor o plano de aula elaborado pelo professor no ano de 2014 (contendo registros em imagens móveis ou fotográficas do desenvolvimento da atividade e seus desdobramentos); registros da vivência da atividade pelos alunos (depoimentos deles sobre a experiência); bem como o produto final, que é a aprendizagem dos conceitos e conteúdos objetivados.

A mostra de vídeo será dividida em três blocos: séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), séries finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

É aberta a todos os professores da rede pública estadual de ensino. Os vídeos que respeitarem os critérios serão reunidos em uma edição box com três DVDs (um para cada bloco de ensino citado acima), que será entregue para todas as Gerências de Educação (Gerecs) do Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: DC na sala de aula

Data: 25/06/2014

Assunto: Mostra de vídeo destaca a copa

Página: 2

DIÁRIO CATARINENSE

AS REGRAS

QUEM PODE PARTICIPAR

- Professores da rede pública estadual do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

REGRAS E CRITÉRIOS

- Documentário abordando as atividades de aprendizagem tendo como tema o Campeonato Mundial de Futebol que acontece no Brasil.
- O vídeo deve conter: o plano de aula elaborado pelo professor no ano de 2014 (com registros em imagens móveis ou fotográficas), o desenvolvimento da atividade e seus desdobramentos e o produto final, que é a aprendizagem dos conceitos e conteúdos objetivados pelo professor.
- Duração de cinco a 10 minutos.
- Devem ser editados em extensão AVI.
- Os vídeos podem ser enviados gravados em mídia física (DVD) das escolas para as Gereds e das Gereds para a SED via e-mail em endereço a ser divulgado.

CATEGORIAS

- Séries Iniciais do Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano
- Séries finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano
- Ensino Médio

ETAPAS DE AVALIAÇÃO

- Mostrras de vídeos locais – Deverão

ocorrer no âmbito da escola. Cada unidade de ensino poderá participar com apenas um vídeo em cada uma das três categorias.

- Mostra de Vídeo Regional – Ocorrerá no âmbito das SDRs/Gereds, que deverão organizar banca para avaliar se os documentários enviados pelas escolas se enquadram nos critérios exigidos.

- Mostra de Vídeo Estadual – Será no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, onde os documentários serão avaliados por uma comissão organizada pela Geted/SED.

CRONOGRAMA

- Entrega do vídeo à direção da escola: até 1º de agosto.
- Avaliação dos vídeos nas escolas: de 4 a 8 de agosto.
- Avaliação dos vídeos nas Gereds: de 11 a 15 de agosto.
- Avaliação dos vídeos na Geted/SED: de 18 a 22 de agosto.

INFORMAÇÕES:

- Gerência de Tecnologias Educacionais (Geted)
- Responsável: Ricardo Fernandes Braz
- Fone: (48) 3664-0235
- ricardofbraz@sed.sc.gov.br
- www.sed.sc.gov.br



| | | |
|--|------------------------------|------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: DC na sala de aula | Data: 25/06/2014 |
| Assunto: Mec envia representante para discutir Sisu e Enem | | Página: 2 |

DIÁRIO CATARINENSE

MEC envia representante para discutir Sisu e Enem

Embora a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ainda não discuta oficialmente uma possível adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o governo federal tenta estreitar relações com a instituição para ampliar o alcance da plataforma online, que seleciona estudantes para universidades e institutos federais no Brasil inteiro desde 2009. No dia 16 de julho, uma representante do Ministério da Educação (MEC) deve se sentar com membros da Câmara de Graduação e do Conselho Universitário (CUUn) da UFSC para apresentar os avanços e as perspectivas do Sisu até o momento.

A reunião com Lilian Nascimento, coordenadora-geral de Projetos Especiais para a Graduação do MEC, estava marcada para esta quinta-feira, mas precisou ser adiada para julho a pedido do próprio ministério. Não é a primeira vez que uma discussão deste tipo acontece: em maio do ano passado, o então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Luiz Cláudio Costa, esteve na UFSC para debater, entre outras coisas, os reflexos da adesão de universidades brasileiras ao Sisu.

Sisu é uma plataforma online que seleciona candidatos a vagas em universidades e institutos federais. O ranqueamento é feito pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), geralmente aplicado entre outubro e novembro. Após uma reportagem veiculada pelo Diário Catarinense ontem, a UFSC emitiu uma nota em que afasta a possibilidade de adesão à plataforma para ingresso em 2015, e confirmou que não existe nenhum estudo em andamento sobre o tema.

Algumas instituições não aderem ao Sisu, mas utilizam a nota do exame para compor parte da nota – é o caso da UFSC, que permite aos candidatos usarem a pontuação do Enem para formar até 30% da nota do vestibular. Atualmente, das 63 universidades federais do país, 36 já usam o Enem como única porta de entrada para o ensino superior. Em SC, por exemplo, o ingresso na Universidade da Fronteira Sul (UFFS) é 100% via exame nacional.